



ATUAÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS PARASITÁRIAS NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Oliveira, JJ^{1,2,3}; Vitória, LMS¹; Thyally,YSB¹; Batista, NO¹; Carolina, AFR¹; Marques, MLS¹; Nonato, IOB⁴

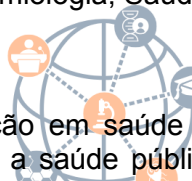
¹Centro Universitário Brasileiro, UNIBRA, Recife - PE.

²UNIAMÉRICA, Recife - PE.

³Agente Comunitário de Saúde, Secretaria de Saúde do Recife - PE

⁴Programa de pós-graduação em Morfotecnologia, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Eixos temáticos: Epidemiologia, Saúde Pública e Saúde Coletiva;



RESUMO

A carência de informação em saúde e as deficiências no saneamento básico continuam sendo um desafio para a saúde pública no Brasil, refletindo, muitas vezes, em infecções parasitárias evitáveis. O Agente Comunitário de Saúde (ACS) atua como elo direto entre a comunidade e a Unidade Básica de Saúde (UBS), promovendo educação, vigilância e orientação sobre medidas preventivas, como higiene das mãos, manipulação correta de alimentos e cuidados com o ambiente domiciliar. Trata-se de um estudo descritivo, baseado em revisão bibliográfica realizada nas bases de dados SciELO e PubMed, além de diretrizes do Ministério da Saúde e legislações vigentes. A pesquisa utilizou os descritores "Parasitose", "Agente de saúde", "SUS" e "Prevenção" abrangendo o período de 2020 a 2025. Foram inicialmente identificados 267 artigos, dos quais 7 atenderam aos critérios de inclusão e foram analisados integralmente. Os resultados indicam que a atuação do ACS fortalece a adesão da população às práticas preventivas, incentiva hábitos de higiene e aproxima a comunidade das ações da Estratégia de Saúde da Família, ajudando também a reduzir a sobrecarga dos serviços de urgência. Conclui-se que o ACS exerce papel fundamental na promoção e prevenção em saúde, sendo essencial para consolidar a Atenção Primária, melhorar a qualidade de vida da população e reforçar os princípios do SUS, mostrando que saúde envolve educação, informação e cuidados cotidianos.

Palavras-chave: Parasitose; Agente-de-saúde; SUS; Prevenção; Educação

Agências Financiadoras: Sem financiamento



INTRODUÇÃO

A atenção primária em saúde (APS) tem como foco central a família, compreendendo-a dentro de seu ambiente social e comunitário, ultrapassando limites geográficos e valorizando o contexto das relações interpessoais. Essa abordagem permite compreender o processo saúde-doença sob uma perspectiva ampliada, capacitando os profissionais para identificar necessidades e desenvolver intervenções de maior impacto social (Ministério da Saúde, 1997, p.8).

Entre os principais desafios da APS está a promoção da equidade e oferecer atenção conforme as necessidades individuais. Indivíduos sem situação de vulnerabilidade social, sobretudo os que vivem em áreas com deficiência de saneamento básico, enfrentam barreiras estruturais que dificultam o acesso e a continuidade do cuidado (Ministério da Saúde, 1997, p.10).

As parasitoses, infecções causadas por parasitas, são altamente prevalentes em regiões tropicais e subtropicais, onde as condições ambientais e sociais favorecem a transmissão. Esses agravos representam um dos principais problemas de saúde pública global, sobretudo em países com infraestrutura precária e baixa educação sanitária (OLIVEIRA et al., 2024).

Neste contexto, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) atua no papel de vigilância sanitária e educador em saúde, aspectos esses que são de suma importância na prevenção e tratamento efetivo de parasitoses. Esse papel, é feito através dos seus conhecimentos em Saúde Pública e experiências territoriais individuais da micro área adscrita. Além disso, vínculos de confiança e familiaridade agregados no próprio contexto que a atuação do ACS representa para a comunidade um sentido de pertencimento, pois, por via de regra, estes servidores são residentes em sua própria área de atuação, facilitando a adesão e efetividade das ações em saúde pública (ZERBETO et al., 2020).

Dessa forma, este presente trabalho tem como objetivo evidenciar a relevância da educação em saúde e da atuação interdisciplinar entre saúde pública e parasitologia, destacando a contribuição do ACS na prevenção das doenças parasitárias e na promoção da saúde no território da atenção primária.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, fundamentada na análise de materiais previamente publicados. Para sua elaboração, foram consultadas bases de dados científicas como SciELO e PubMed, além de diretrizes do Ministério da Saúde, e legislações disponíveis.

A busca bibliográfica foi conduzida utilizando as seguintes palavras-chave: “Parasitose”, “Agente de saúde”, “SUS” e “Prevenção”. Foram incluídos materiais publicados em português, e inglês, no período de 2020 a 2025, disponíveis de forma integral e que apresentassem relevância científica para os objetivos do estudo.

Foram excluídos materiais duplicados, resumos simples de eventos e publicações sem rigor científico ou que não apresentassem aplicabilidade direta ao tema proposto. Após



a triagem inicial, os artigos foram lidos, organizados e analisados de forma descritiva e crítica, buscando sintetizar os principais achados. Inicialmente, foram identificados 267 artigos durante a busca, dos quais 16 foram selecionados para leitura completa, após leitura 7 atenderam aos critérios de inclusão e foram utilizados para a construção deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Autor\Ano	Local \ População	Principais Achados	Fatores Relacionados
Lei nº 8.080 (1990)	Brasil	A saúde é definida como fatores sociais, econômicos e ambientais, não limitando apenas o conceito de saúde a ausência de doenças	Alimentação, moradia, saneamento, moradia, educação, transporte, lazer, acesso a saúde pública
Ministério da Saúde (1997)	Brasil	Organização da APS - Atenção Primária à Saúde; ACS sendo o relevante na promoção e prevenção em Saúde	Educação em Saúde, vínculo social e geográfico
Domingues et al., (2025)	Brasil, Araguari-MG	43,9% de parasitoses intestinais em amostras de 52 crianças com idade entre 0 a 12 anos, 23% poliparasitismo, 19,5% positivo para pelo menos uma espécie patogênica, Município de Araguari, Minas Gerais, Brasil.	Deficiência em saneamento básico, baixa escolaridade dos responsáveis, difícil acesso à saúde pública
Oliveira et al., (2024)	Brasil	Parasitoses como infecções causadas por parasitas; Importância da capacitação do Agente Comunitário de Saúde para a prevenção de Parasitoses devido sua natureza preventiva.	Prevenção, educação em saúde, atuação no território adstrito, relevância da constante atualização do profissional
Zerbeto et al., (2020)	Brasil	Singularidade profissional do ACS; reconhecimento como elo entre a comunidade e equipe de saúde; conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas.	Prevenção, promoção, comunicação; Acompanhamento familiar; Fortalecimento do sistema único de saúde.

Vasconcelos et al., (2021)	Brasil	Tendência de utilização de práticas de educação em saúde como instrumentos para a promoção em saúde em diferentes espaços de atuação, em especial através de profissionais da saúde pública	Evidencia a relevância da educação, em especial, a educação em saúde em campo; Espaços que atravessam as barreiras da Unidade de Saúde, como casas, igrejas e escolas
Duarte et al., (2022)	Brasil, Belém-PA	46 pacientes com idade entre 2 e 18 anos. 28 pacientes (67,39%) possuíam ao menos 1 enteroparasitárias; 25 pessoas, (58%) ingerem água frequentemente sem nenhum tipo de tratamento; 36 (80%) possuem fossa séptica, 8 (18%) possuem rede de esgoto. Belém-PA	Grande prevalência de parasitose na comunidade estudada, muito provável pelo não-tratamento da água consumida. Tal qual pouca oferta da rede geral de esgoto

A literatura revisada confirma que a concepção de saúde vai além da ausência de doenças. A Lei nº 8.080/1990, em seu Art. 3º, define saúde como o resultado das condições de alimentação, moradia, saneamento, educação e acesso a serviços públicos.

Corroborando esse conceito, Duarte et al. (2022) verificaram em Belém-PA uma prevalência de 67,7% de parasitoses intestinais em uma amostra de 46 crianças e adolescentes, destacando a ingestão de água não tratada (56%) e a baixa cobertura de esgotamento sanitário (18%) como fatores determinantes.

O Ministério da Saúde (1997) ressalta a importância da organização da APS e o papel central do ACS na manutenção e execução das ações de prevenção e promoção em saúde. Estudos como o de Vasconcelos et al. (2021) reforçam a necessidade de práticas educativas contínuas em diferentes espaços, domicílios, escolas, igrejas e comunidades, ampliando o alcance das ações de saúde.

Uma outra pesquisa, em uma comunidade de Araguari-MG, também deficiente de educação em saúde e saneamento básico, foi detectado 43,9% de prevalência de parasitoses em amostras fecais de crianças, onde destas 23% possuíam poliparasitismo. (Domingues et al., 2025). Com base em tudo relatado e no conceito da atuação do ACS definida por Zerbeto et al., (2020), como um profissional que forma um elo entre a comunidade e a UBS, é entendido que suas práticas individuais, familiares e coletivas, possam em diversas esferas da saúde, inclusive na parasitologia, contribuir através de sua educação em saúde para uma melhora do quadro epidemiológico aqui relatado.



CONCLUSÃO

Conclui-se que, a forma que a Estrutura de Saúde Pública é desenvolvida no Estado Brasileiro, em especial na Atenção Básica, busca Promoção, Prevenção e Proteção à saúde do usuário desde o desenvolvimento da última Constituição Federal. Une-se a APS o Agente Comunitário de Saúde, instruído a educação em saúde básica e prevenção de agravos, servidor que tem um elo geográfico e social com a população em que atende, trazendo uma familiaridade e confiança a população adscrita. Diversas pesquisas associam a falta de saneamento básico e educação em saúde como fatores relevantes para o surgimento do parasitismo. Fatores estes, que na medida do possível das capacidades das UBS em atuarem além dos consultórios, em especial com o profissional ACS, podem ser mitigados através de práticas em saúde e educação continuada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1997. 36 p. —

OLIVEIRA, Marco Miguel de; ALVES, Rosiane Nascimento; OLIVEIRA, Karine Rezende. Capacitação de agentes comunitários de saúde para prevenção de parasitoses. *Revista Extensão e Cultura da UFRB*, v. 25, n. 1, 2024.

ZERBETO, Amanda Brait; CARVALHO, Leonardo de; ROSSA, Thaís Amanda; DE PAULA, Daniel. Capacitação de agentes comunitários de saúde: integração entre universidade e atenção básica. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 11, n. 3, p. 349–359, 2020. DOI: 10.36661/2358-0399.2020v11i3.11506.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria; ARAÚJO, Amanda Teixeira de; SILVA, Isabella Pontes; SOARES, Arthur Vieira; ALVES, Rita de Cássia Ferraresso; VIDAL, Lorâne Allen Andrade de Assis; ARAÚJO, Paula Caetano. Prevalência e fatores associados às parasitoses intestinais em crianças de favelas urbanas no Brasil: um estudo transversal. 2025.

VASCONCELOS, Welida Carvalho; SILVA-VASCONCELOS, Adenildo da. Ações de educação em saúde como estratégia de prevenção e de controle das parasitoses intestinais: um estudo de revisão sistemática da literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19301.

DUARTE, Gabriel da Silva; NAVARRO, Alice Nayara Monteiro; TOLEDO, Sarah Andrade; SILVA, Thales Andrade da; PEREIRA, Isabelly Coutinho; COSTA, Danilo Evangelista; CORRÊA, Thasmyr das Mercês Gonçalves; BRITO, Francisco Daniel Queiroz; SILVA, Alessandra Ribeiro Moraes da; ARRUDA, José Eduardo Gomes. Parasitoses intestinais e a correlação com anemia, em crianças e adolescentes de uma comunidade em Belém-PA. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, e39311528408, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28408>.